

Por Martha E. Corazza

O cenário global de investimentos, sujeito a instabilidades crescentes de caráter macroeconômico, social, político e de governança, aumenta a cada ano a relevância de modelos de gestão de risco mais sofisticados e que também incluam as principais variáveis de ASG: práticas de responsabilidade nos aspectos ambientais, sociais e de governança corporativa. Essa discussão foi aprofundada durante a reunião do PRI (Principles for Responsible Investment, na sigla em inglês), realizada em setembro deste ano em Singapura.

Lançada em 2006 com o objetivo de fomentar um sistema financeiro mais responsável em relação às questões ASG, a iniciativa das Nações Unidas já soma mais de 1.500 signatários, responsáveis por US\$ 60 trilhões em ativos sob gestão, informa a analista do PRI, Michelle Vargas Pires. Em 2016, o reporting framework, questionário online que os signatários respondem anualmente sobre práticas de integração ASG, obteve a participação de mais de mil signatários.

O relatório, explica a analista, demonstra o cenário macro, ou seja, a base de dados e os relatórios que são uma base rica de recursos e informações sobre melhores práticas. Atualmente, 94% dos signatários possui políticas que abrange investimentos responsáveis; além disso, 91% dos fundos de pensão e 88% dos gestores de ativos afirmaram manter engajamento ASG – diretamente ou através de gestores externos.

Sofisticação - O projeto está em busca de mais signatários, notadamente na Ásia, região onde seu número ainda é reduzido. A região mais forte em sustentabilidade dos investimentos é a Europa, enquanto os Estados Unidos mantém uma posição menos relevante em relação aos países europeus. No Brasil, a participação dos investidores institucionais que são signatários tem crescido entre os bancos e as assets mas ainda é relativamente pequeno o número de fundos de pensão nesse grupo, composto por apenas 14 entidades, ainda que sejam as gestoras dos maiores recursos.

Entre elas, a Funesp, que aderiu ao PRI em 2011, tem participado ativamente dos debates e esteve presente à reunião de Singapura, informa o Gerente Executivo de Renda Variável da entidade, Paulo de Sá Pereira. “Além do objetivo de ampliar o número de signatários asiáticos, o encontro apresentou algumas plataformas de experiência interessantes que mostram como introduzir o conceito ASG na gestão”, informa o diretor. Entre as principais novidades do ano, ele destaca a percepção de que os mercados de países desenvolvidos encaram pela primeira vez alguns riscos políticos e eleitorais. “Eleições importantes que estão para acontecer nos EUA, França, Alemanha e outros países foram discutidas sob o ponto de vista do risco político”, observa o diretor. O fator de instabilidade política tem impacto direto em uma série de outras questões, com os riscos ligados a fatores sociais, por exemplo.

Outra constatação relevante foi a de que os modelos globais de risco ASG adotado pelo PRI estão ganhando sofisticação, assim como sua política em relação aos signatários, explica Paulo Sá. Os relatórios agora precisam detalhar melhor o nível de envolvimento com os princípios sustentáveis, uma mudança introduzida em 2015. “Com isso, passou a haver um peso maior para os signatários que tenham em suas carteiras mais ações dentro do conceito ASG, que receberão notas diferenciadas”. Aqueles que não evoluírem poderão inclusive ser dispensados como signatários.

Governança precificada - Na Funesp, a evolução ASG tem sido focada principalmente no aspecto de governança, explica o diretor. Nesse sentido, foi contratada uma empresa especializada em governança corporativa para assessorar a entidade em relação à sua participação em assembleias das empresas investidas e ao voto a distância por meio de proxy vote. “Esse trabalho já nos permitiu identificar várias falhas na governança das companhias e a ideia é ampliar cada vez mais o horizonte de análise”. O mais importante desse esforço, diz Paulo de Sá, é garantir uma visão da empresa que ultrapasse a leitura das atas, enxergando mais do que a parte financeira.

“A análise de sustentabilidade deve ser vista mais como uma medida de risco do que de rentabilidade, ela dá mais segurança aos investimentos no médio e longo prazos”, argumenta Sá. Ele lembra que, dentro do conceito ASG, as questões ligadas à governança são as que já têm maior clareza para os gestores brasileiros e podem ser mensuradas com maior facilidade. “Mesmo entre empresas do mesmo setor, o mercado já faz uma precificação diferenciada em relação à governança corporativa”.

Enquanto isso, nos quesitos social e ambiental a falta de informações ainda dificulta a mensuração para colocar os resultados nas análises. A Funesp, explica o diretor, percebeu que havia ficado “para trás no relatório do PRI e decidiu avançar mais alguns passos. “No relatório de 2014 ainda não tínhamos uma modelagem, em 2015 já passamos a fazer uma modelagem intuitiva das variáveis ASG”.

A evolução rumo à sustentabilidade, diz Michelle Vargas, transparece no interesse crescente dos signatários do PRI por informações. “Anualmente tem sido feitos mais de 80.000 downloads do PRI Transparency Reports”. Os relatórios contribuem para fortalecer os processos internos dos gestores de modo que eles desenvolvam sua capacidade para integrar os conceitos ASG e o seu engajamento junto a clientes, acionistas, stakeholders e reguladores em todo o mundo.

Fonte: [Diário dos Fundos de Pensão](#), em 17.10.2016.